

**NECAT**

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

**TEXTO PARA DISCUSSÃO  
013/2015**

**DESEMPENHO DOS SETORES  
EXPORTADOR E INDUSTRIAL  
BRASILEIROS APÓS A ABERTURA  
COMERCIAL DA DÉCADA DE 1990**

Lauro Mattei  
Rinaldo Calheiros



## DESEMPENHO DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL BRASILEIROS APÓS A ABERTURA COMERCIAL DA DÉCADA DE 1990

Lauro Mattei<sup>1</sup>

Rinaldo Calheiros<sup>2</sup>

### Resumo

Neste trabalho faz-se uma análise comparativa entre o setor exportador e o setor industrial após a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados com o objetivo de discutir as razões que fazem com que o setor industrial não obtenha resultados tão satisfatórios quanto àqueles alcançados pelo setor exportador. Dentre as principais conclusões que explicam essa diferença, destaca-se o fato de que o setor exportador sofreu menos os efeitos das políticas de estabilização econômica, tendo em vista seu descolamento das condições internas de crédito e da demanda. Já o setor industrial foi mais afetado pelas políticas de estabilização econômica adotadas no período porque depende bem mais do comportamento da demanda interna, a qual é fortemente afetada pelo nível de liquidez doméstica.

**Palavras-chave:** política econômica, produção industrial, exportações.

### Abstract

In this article we do a comparative analysis about industrial and exportation sectors behavior in Brazil after beginning the commercial liberalization with objective to discuss the main reason that explain the better results obtained by exportation sector. The conclusions that explain the difference between two sectors is that the exportation sector suffered less the impacts of stabilization policy because it's not dependent of both credit and demand internal. In the other side, the industrial sector was more affected by economics policy because it's more dependent of internal demand, which one is affected also by the quantity of money available in the economy.

**Key words:** economics policy, industrial production, exportations

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador do NECAT-UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

<sup>2</sup> Economista formado pela ufsc. Email: ricaero2000@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

O início da década de 1990 configurou-se como uma nova fase da economia brasileira. A crise da dívida externa; os problemas inflacionários e a influência do governo nas transações com o exterior eram os traços mais marcantes do ambiente econômico em que operavam os setores industriais, o mercado de trabalho e o sistema financeiro nos períodos anteriores à abertura comercial e à desregulamentação dos mercados. As medidas adotadas relativas à política de comércio exterior nos primeiros meses do governo Collor foram apenas um pequeno esboço do que viria a ser o processo geral de abertura econômica adotado pelo país nos anos seguintes.

Assim, no lugar das tradicionais políticas de proteção aduaneira e de reserva de mercado, os diversos setores produtivos e de serviços passaram a atuar sob as pressões da concorrência internacional, fato que desencadeou um intenso processo de reestruturação produtiva e organizacional das empresas ao longo de toda a década de 1990. Em grande parte, este movimento foi impulsionado pela globalização econômica, uma vez que ocorreram mudanças generalizadas nas grandes empresas, as quais vêm realizando contínuos esforços de racionalização das atividades no sentido de galgar melhores posições no mercado global.

Todavia, quando se separa a base produtiva nacional em setor industrial – que engloba as indústrias produtoras de bens direcionados prioritariamente à demanda interna – e setor exportador – que engloba os setores produtivos voltados, preferencialmente, ao atendimento da demanda externa – observam-se diversas discrepâncias entre os resultados obtidos pelos dois setores desde o início da abertura comercial.

Deste modo, o artigo tem por objetivo analisar as razões porque a indústria brasileira não consegue obter resultados tão satisfatórios após a abertura econômica da década de 1990 quanto àqueles alcançados pelo setor exportador. Além desta introdução, o trabalho contém mais quatro seções. A primeira faz um breve levantamento das principais transformações da economia global nas últimas décadas do século XX, discutindo-se a situação em que se encontrava a indústria brasileira no início dos anos de 1990. Na segunda seção faz-se uma descrição cronológica do comportamento da indústria e do setor exportador após 1990, a partir de indicadores de produção, capacidade instalada, importações de bens de capital, quantum e valor das exportações por nível de agregação e por categorias de uso. A terceira seção analisa as influências dos fatores estruturais e conjunturais no comportamento da indústria e das exportações, buscando-se

entender o comportamento apenas regular do setor industrial comparativamente aos resultados apresentados pelo setor exportador após 1990. Finalmente, na quarta seção apresentam-se as principais considerações do trabalho.

## **I – A INDÚSTRIA BRASILEIRA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS**

Na década de 1970, devido à crise do petróleo e à crise monetária internacional, tem início uma nova fase da economia mundial. No lugar do acordo de Bretton-Woods, os países capitalistas centrais passaram a adotar o sistema de câmbio flutuante, assim como houve um amplo e profundo processo de reestruturação industrial, particularmente nos EUA, Japão e Alemanha. (TAVARES e FIORI, 1996).

A reestruturação industrial, em grande medida, foi uma resposta à crise do petróleo e à desvalorização contínua do dólar frente às moedas européias e ao iene, fatores que tornaram deficitárias as balanças comerciais de diversos países. Executadas pelos governos japonês e alemão, as políticas econômicas induziram a formação de estratégias de investimento industrial de longo prazo orientadas para aumentar a eficiência do uso de matérias-primas e ampliar a competitividade industrial.

O caminho da referida reestruturação pode ser descrito da seguinte forma:

[...]as políticas de reestruturação industrial deram ênfase ao dinamismo dos setores de alta tecnologia mediante estímulos e financiamento à reestruturação e modernização de todo o complexo metalmeccânico. Assim, tendo sua própria matriz industrial como apoio para busca de economias de conglomeração e de “escopo” que alcançaram complexos industriais inteiros, ficou traçado o caminho da modernização adotado pelas grandes empresas líderes [daqueles países]. (TAVARES e FIORI, 1996, p. 43)

O resultado desse esforço, segundo os mesmos autores, foi a criação de uma sinergia amplificada entre a produção de bens de consumo duráveis de massa e a de bens de capital sob um elevado teor tecnológico. As indústrias japonesa e alemã, servindo de exemplo para os outros países industrializados, produziam bens qualitativamente melhores a um preço baixo, impulsionando a terceira revolução industrial.

Enquanto isso, o governo brasileiro da época reagia de forma semelhante aos governos de outros países, ao formular um novo plano de desenvolvimento. Objetivando a superação dos problemas no balanço de pagamentos; as deficiências de infra-estrutura; e a superação definitiva

do atraso relativo da estrutura econômica nacional, o II PND “surge como um ajustamento da estrutura econômica à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio da evolução industrial” (II PND *apud* LESSA, 1998, p. 21).

De um modo geral, o II PND era um plano que contemplava um elevado volume de investimentos públicos e privados direcionados aos setores que refreavam o desenvolvimento das bases produtivas nacionais. Segundo HERMANN (2005), os investimentos foram dirigidos aos seguintes setores prioritários: a) infra-estrutura: ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e para a produção e comercialização agrícola; b) bens de produção: siderurgia, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não metálicos; c) energia: pesquisa exploração e produção de petróleo e derivados além da ampliação da capacidade de produção de energia elétrica e da busca por novas fontes de energia alternativas ao petróleo, como o álcool combustível, e; d) exportação, como resultado dos investimentos nos setores supracitados.

Se a abundância de recursos no sistema financeiro internacional possibilitou o êxito de diversas metas do II PND entre 1974 e 1978, a forma como foram contratados esses recursos (taxas de juros flutuantes) contribuiu para a estagnação da economia na década seguinte. Assim, logo após a segunda crise do petróleo e da elevação dos juros internacionais, o Brasil e outros países periféricos passaram a sofrer com a persistência da inflação crônica e com a crise da dívida externa ao longo de toda a década de 1980.

Nessa década, a estagnação dos países latino-americanos foi estudada por alguns economistas que, em 1989, lançaram o “Consenso de Washington” – uma espécie de cartilha a ser seguida para superar o desenvolvimento. No mesmo ano, um plano de reestruturação das dívidas externas – Plano Brady – foi lançado pelo governo norte-americano.

Deste modo, os países que enfrentavam problemas de dívida externa, inflação crônica e estagnação deveriam seguir as orientações do Plano Brady e do Consenso de Washington e promover uma série de reformas que implicavam na mudança do papel do Estado na economia, além da promoção da abertura comercial e financeira. Quanto ao primeiro aspecto, o Estado deveria deixar de exercer o papel de indutor do desenvolvimento<sup>3</sup>. Para tanto, um dos pontos centrais da agenda de reformas era a privatização das empresas estatais, onde se transferiria para

---

<sup>3</sup> Além disso, abster-se de interferências no mercado, como exemplo: retirar subsídios, isenções fiscais e outros estímulos setoriais.

o setor privado a responsabilidade de incrementos da eficiência econômica, ao mesmo tempo em que se aliviariam os déficits governamentais.

Quanto ao papel do livre-fluxo de capitais e mercadorias, se esperava que as restrições estruturais presentes nas economias emergentes fossem superadas pela melhor alocação dos fatores de produção disponíveis em escala global. Partindo deste princípio, os países em desenvolvimento seriam beneficiados pela liberdade dos fluxos de capitais e de mercadorias, uma vez que a lógica da política previa que os recursos seriam utilizados de forma mais eficiente.

Em essência, as reformas realizadas a partir de 1990 abriram espaço para o capital privado (de origem interna e/ou externa) se personificar como o grande agente promotor e difusor das mudanças qualitativas da economia. Mas para que este exercesse o seu papel, era fundamental a estabilidade da economia. Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central do Brasil e um dos responsáveis pela formulação e condução da política econômica durante o Plano Real, revela a quintessência da nova política de desenvolvimento: “é natural que a agenda da estabilização se confunda com a agenda do desenvolvimento” (FRANCO, 1999, p. 28). Segundo esse autor, com abertura comercial e financeira e com estabilidade, a base produtiva brasileira estaria pronta para superar o atraso das décadas anteriores.

Apesar de ter elevado o grau de complementaridade e de ter reduzido o número de gargalos produtivos durante a fase de industrialização por substituição de importações, no início da década de 1990 o parque industrial brasileiro ainda era heterogêneo, sobretudo em termos de produtividade e de agregação tecnológica. Além disso, o elevado índice de monopolização setorial e os baixos níveis de centralização de capitais foram traços característicos da indústria durante esse período. Aglutinando essas características e estando sob um padrão baixo de concorrência, a base produtiva brasileira não acompanhou o processo de reestruturação e modernização que ocorria no exterior, especialmente porque o capital necessário para tal era de elevada magnitude para os padrões brasileiros e a crise monetária conferia extrema incerteza para os cálculos de investimentos. (TAVARES e FIORI, 1996).

Uma análise da composição das exportações no início da década de 1990 ilustra a heterogeneidade da base produtiva nacional, já que a divisão das exportações em grandes grupos de produtos<sup>4</sup> mostra a concentração das receitas de exportação do país. Segundo THORSTENSEN et al (1994), em 1992, 23,14% das receitas de exportações advinham do setor

---

<sup>4</sup> Conforme a metodologia aplicada pela Norma Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado.

de alimentos, fumo e bebidas; 17,05% do setor de metais comuns; 12,46% dos setores produtores de máquinas e equipamentos; 12,10% de máquinas e transportes e 8,18% de minerais. Além disso, verifica-se que dentro de cada grupo as exportações também são concentradas. No setor de alimentos, por exemplo, há concentração das receitas provenientes das vendas de grãos e carnes. O mesmo acontece no setor de materiais para transportes, onde as vendas de automóveis, aviões e de motores têm grande participação no total exportado.

Esta característica das exportações brasileiras resultou na formulação de uma noção, ainda que de caráter abstrato, que está sendo utilizada neste trabalho: Setor Exportador Nacional. Conforme pode ser observado ao longo desse estudo, as exportações brasileiras se concentram em torno de alguns setores principais, cujas características estruturais envolvem a presença de empresas transnacionais e/ou o baixo nível de agregação tecnológica em seus respectivos produtos. Esses setores merecerão atenção especial, pois será analisada tanto a variação da composição como a concentração da pauta de exportações ao longo de 15 anos.

Vale lembrar que essa divisão entre setor exportador e setor industrial ocorre em um nível abstração, tendo em vista que as inter-relações entre os setores industriais contemporâneas são bastante elevadas. Por exemplo, maiores exportações demandam maior produção da indústria em geral, já que há especialização produtiva e um elevado grau de terceirização de atividades. Assim, assume-se aqui que essa distinção ocorre mais no sentido de interpretar a decisão de uma empresa em exportar ou atender o mercado interno do que propriamente para a classificação da finalidade da empresa em si.

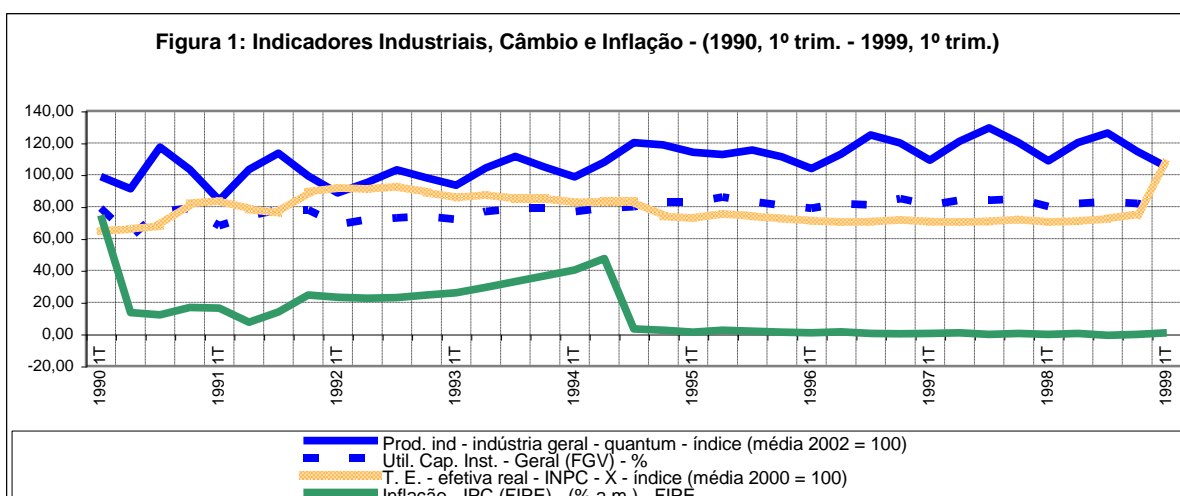
## **II - DESEMPENHO DOS SETORES INDUSTRIAL E EXPORTADOR APÓS 1990**

### **2.1 – O Comportamento do setor industrial**

Ao se analisar os índices do quantum produzido e a utilização da capacidade instalada da indústria na década de 1990, pode-se separar o comportamento do setor industrial em três períodos, quais sejam: entre 1990 e 1992; entre 1992 e 1995; e entre 1995 e 1999, conforme figura 1. De algum modo, essa periodização coincide com algumas mudanças na política econômica ou com acontecimentos políticos de origem interna ou externa.

Entre 1990 e 1992 houve momentos de recessão seguidos por recuperação. As quedas da produção industrial e de ocupação do setor relacionam-se com os seguintes eventos: controle exagerado da liquidez no segundo trimestre de 1990; crise do Golfo; congelamento de preços; e o agravamento do cenário político em 1992, que culminou com o *impeachment* do presidente.

Segundo TEIXEIRA (2004) devido à capacidade endógena de criação de moeda e ao próprio fracasso dos planos de estabilização, a liquidez da economia se recuperava de forma razoavelmente rápida, o que contribuía para a recuperação dos índices industriais. Entretanto, o conturbado ambiente político e econômico contribuiu para que o setor, nesses dois anos iniciais de abertura comercial, permanecesse em constante recessão no período, resultando em queda no índice de produção da indústria da ordem de 10,45%.



**Fonte:** Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

**Nota:** Produção da indústria em geral (quantum: índice média 2002 = 100); utilização da capacidade instalada geral (%); taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100); Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal); Período: 1º trim. 1988 – 1º trim. 1999).

A partir de 1992, a produção industrial revelou tendência ascendente, fato que é indicado pela capacidade utilizada. Segundo BARROS DE CASTRO (2005), o aumento de 11% da produção industrial entre 1992 e 1994 ocorreu devido à postura mais ortodoxa do governo (já que foram descartados congelamentos de preços e choques monetários); à demanda reprimida; e a flexibilização da política monetária. Vale dizer que, a partir de 1993 quando estava em curso a primeira fase do Plano Real – com a execução do ajuste fiscal e da renegociação da dívida externa (Bradies) - a indústria apresentou melhores resultados.



A introdução da URV em julho de 1994; o fim do imposto inflacionário; o aumento da facilidade de aquisição de importados; o aumento do salário mínimo e do crédito ao consumidor; a ancora verde; e o aumento do nível de atividade criaram um clima otimista nas vésperas das eleições presidenciais daquele ano (MERCADANTE, 1998). Esse otimismo se refletiu favoravelmente sobre o setor industrial, que foi impulsionado pela expansão do consumo decorrente da estabilização dos preços, apesar do câmbio sobrevalorizado e dos juros elevados.

No entanto, este período de otimismo desapareceu logo no início do Governo FHC, com a crise mexicana de 1995. Essa foi a primeira de uma série de crises que desafiaram a estabilidade econômica até 1999 (Crise da Ásia, 1997; da Rússia em 1998; e do Brasil em 1999). Com o advento de cada uma dessas crises recrudesciam as especulações acerca da âncora cambial, obrigando o governo a aumentar as taxas de juros. Mas isto levava ao esgotamento das reservas cambiais, tornando difícil a sustentação da política de estabilização.

Nessa conjuntura altamente instável os níveis de produção industrial e de utilização da capacidade produtiva oscilaram significativamente, levando à estagnação, conforme figura 2. Dentre os fatores responsáveis por essa inflexão, destacam-se: o acirramento da concorrência externa – seja pela valorização cambial, abertura econômica e/ou pela melhor eficiência da indústria estrangeira -; e pela elevação dos juros internos, enquanto instrumento usado para combater a especulação cambial e retomar o controle inflacionário. Esse período de elevada incerteza marcou uma fase de ajustamento da economia brasileira como um todo<sup>5</sup> e, particularmente do setor industrial, que intensificou os processos de reestruturação e modernização da base produtiva brasileira, conforme figura 2.

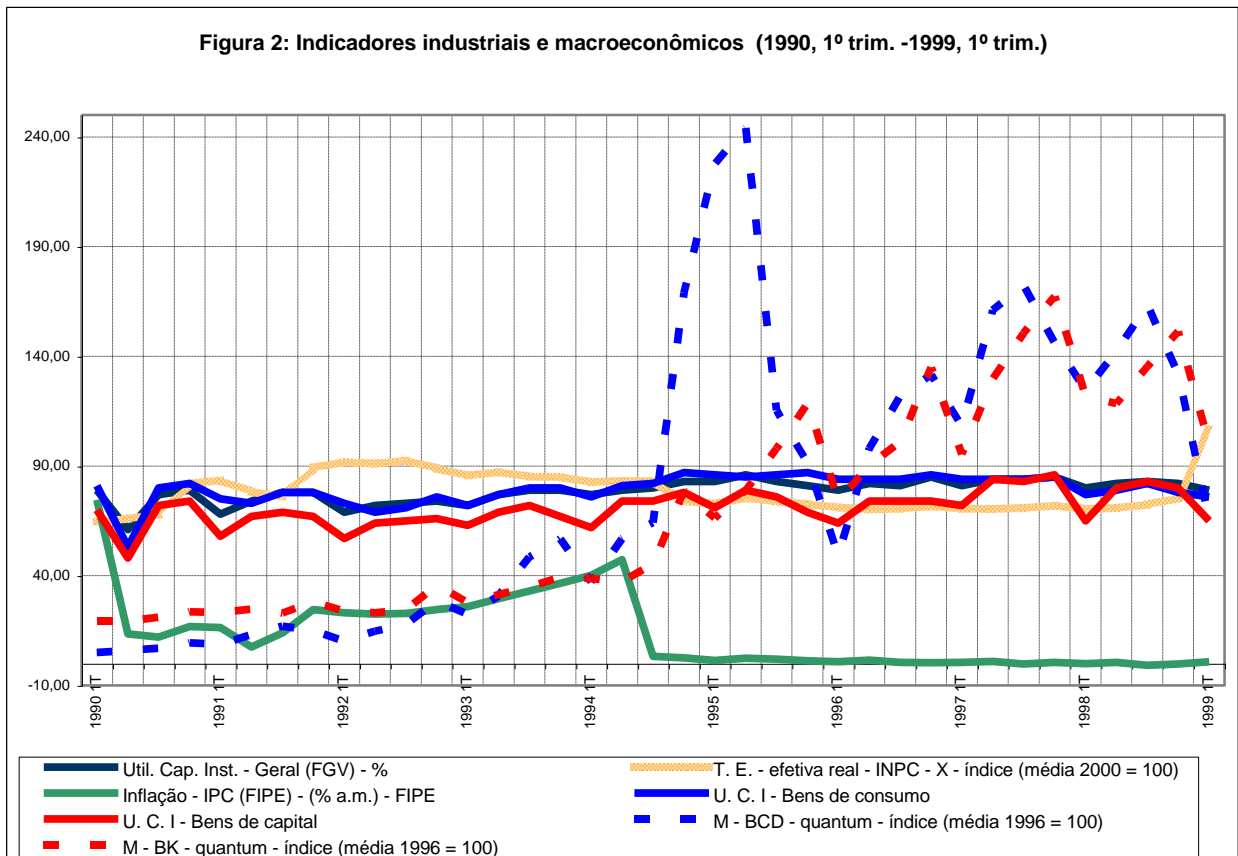
A importação de bens de capital (indicador do processo de reestruturação industrial) entrou em fase de crescimento após 1992, coincidindo com a elevação da produção, com a política gradual sem choques do Governo e com a ampliação da abertura comercial. Entretanto, conforme a taxa de câmbio real ia se valorizando (já com a URV) e ampliando o nível de concorrência setorial, a importação daqueles bens se acelerou.

A figura 2 revela, ainda, considerando-se o indicador de utilização de capacidade instalada, que a expansão do consumo surtiu menos efeitos sobre as importações de bens de capital do que sobre os bens de consumo. Por outro lado, os choques durante o Governo Collor e

---

<sup>5</sup> No setor bancário, por exemplo, houve necessidade de intervenção governamental para evitar falências (caso do Proer), assim como o setor agrícola sofreu forte descapitalização (MERCADANTE, 1998).

os efeitos das políticas de estabilização e do acirramento da concorrência entre 1995 e 1999 afetaram mais o setor de bens de capital do que o de bens duráveis. Segundo CARDIM DE CARVALHO (1990), isso decorre do fato de que a maior sensibilidade à taxa de juros e ao crédito, afeta, inicialmente, as indústrias do primeiro setor.



**Fonte:** Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

**Nota:** Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %); por categorias de uso (%); importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100); taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1988 1º trim. -1994 2º trim.).

Entre 1999 e 2006 o comportamento do setor industrial foi expansivo, conforme figura 3. Os índices de produção industrial e de utilização da capacidade ociosa apresentaram bons resultados ao longo de todo o período. No entanto, vale ressaltar que entre 2001 e o final de 2002 a expansão de ambos os indicadores foi menor do que nos demais períodos.

A expansão dos indicadores industriais no início do período foi influenciada, fundamentalmente, pela flutuação cambial de 1999. Houve elevação significativa dos índices de produção da indústria em geral e da utilização da capacidade instalada do setor de bens de capital

após a desvalorização do câmbio, o que seria interrompido em 2001. Outro fator impulsionador da indústria entre 1999 e 2001 foi a redução progressiva da taxa de juros no período<sup>6</sup>.

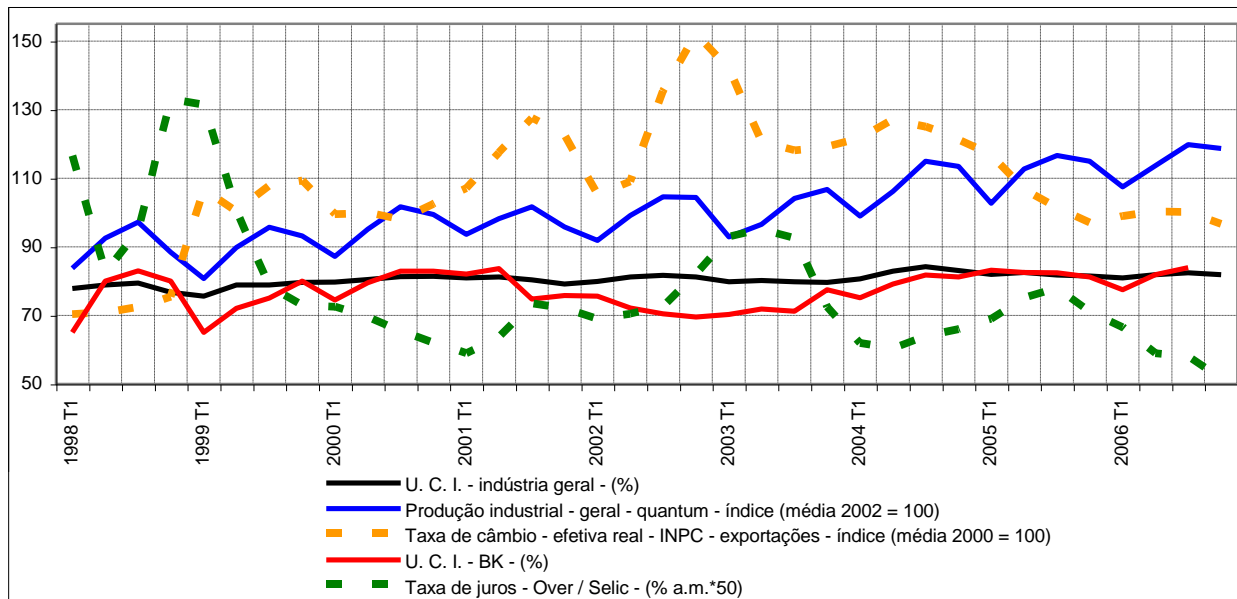
O menor ritmo de crescimento dos indicadores industriais entre 2001 e 2003 coincide com alguns fatores de origem externa que repercutiram de forma desfavorável no âmbito interno. Em 2001 houve a moratória da Argentina, gerando-se questionamentos quanto ao “descolamento” do Brasil em relação àquele país. Também o atentado contra os EUA, em 2001, gerou certa indisposição ao risco no cenário internacional. Além da incerteza no cenário externo, outro fator que contribuiu negativamente para o desempenho da indústria foi a crise eleitoral de 2002, quando houve a fuga de capitais externos pela desconfiança em relação ao candidato Lula, que estava mais bem posicionado nas pesquisas eleitorais.

As desvalorizações cambiais ocorridas entre 2001 e 2002 não influenciaram positivamente o setor industrial como no período anterior devido às políticas de estabilização implementadas no período. Assim, nota-se que a elevação significativa dos juros coincidiu com a redução do crescimento da produção industrial, além de queda significativa na utilização da capacidade instalada do setor de bens de capital, conforme figura 3.

Superadas as adversidades nos cenários externo e interno, a partir de 2003 a conjunção entre o movimento de queda nos juros e a manutenção do câmbio a nível desvalorizado favoreceu a indústria em geral. Esse setor experimentou um forte crescimento da produção e um elevado aumento na ocupação do setor de bens de capital.

---

<sup>6</sup> Vale dizer que a taxa de juros era o principal instrumento utilizado para manter o preço da taxa de câmbio em nível valorizado, principalmente em circunstâncias de especulação cambial durante as crises. A liberação da cotação do Real possibilitou, portanto, a redução dos juros, conforme pode se observar na Figura 3.

**Figura 3: Indicadores industriais, câmbio e inflação**

**Fonte:** Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

**Nota:** Produção da indústria em geral (quantum: índice média 1991 = 100 - IBGE); utilização da capacidade instalada geral (FGV - %); taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100); SELIC (acumulada no mês e anualizada); e utilização da capacidade instalada - bens de capital - (%) - FGV/Conj. Econômica - (1998, 1º trim. – 2006, 4º trim.).

## 2.2 - Comportamento do Setor Exportador

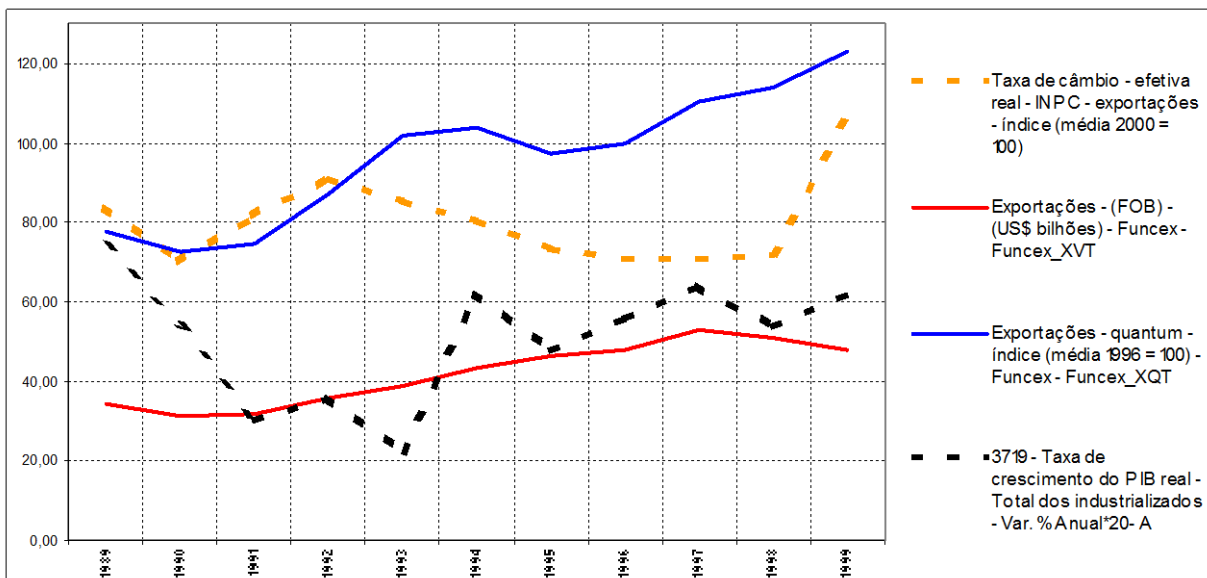
Entre 1989 e 1999 houve quatro pontos de inflexão no comportamento das exportações brasileiras. No primeiro período, entre 1990 e 1991, verifica-se estagnação do quantum exportado e das receitas de exportação; entre 1991 e 1993 houve expansão dos dois indicadores; entre 1993 e 1996 houve estagnação do quantum exportado, mas aumento das receitas; e entre 1996 e 1999 houve aumento do quantum e queda das receitas de exportação.

Segundo BARROS DE CASTRO (2005) o resultado ruim do quantum exportado e das receitas de exportação nos dois primeiros anos de abertura é atribuído à recessão da economia no biênio. A forte redução de liquidez em 1990, o congelamento de preços e a Guerra do Golfo em 1991 atuaram negativamente, fazendo com que o quantum exportado caísse 4,2% e as receitas caírem em 8% nos dois anos. E esse resultado ruim seria ainda mais expressivo se fosse levado em conta que a taxa de crescimento do PIB dos países industrializados foi relativamente alta no

biênio. Vale dizer que, se não fosse o aumento de US\$ 1,18 bilhões (aumento de 65,5%) das exportações destinadas aos países sul-americanos, o resultado teria sido ainda pior.

Embora o nível de atividade do setor externo não tenha contribuído significativamente para que houvesse a retomada das exportações nacionais após os dois primeiros anos de abertura, fatores internos contribuíram para o crescimento destas a partir de 1991. Pela figura 4 observa-se que as receitas de exportação e o quantum exportado se elevaram significativamente entre 1991 e 1993 (36,4% e 22% respectivamente), coincidindo com a forte desvalorização da taxa real de câmbio brasileira. O aumento de competitividade ocasionada pelo câmbio, que se desvalorizou em 30% no período em questão, contrabalançou o fraco crescimento do setor externo. Levando-se em conta o destino das exportações, houve expansão das vendas direcionadas aos países da América do Sul e aos países da América do Norte<sup>7</sup>.

**Figura 4: Exportações, câmbio e crescimento do PIB**



**Fonte:** Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

**Nota:** Exportações totais (FOB - US\$ bilhões) e em quantum (1996 = 100); taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e taxa de crescimento do PIB real do total dos países industrializados (Var % anual\*20). 1989 – 1999:

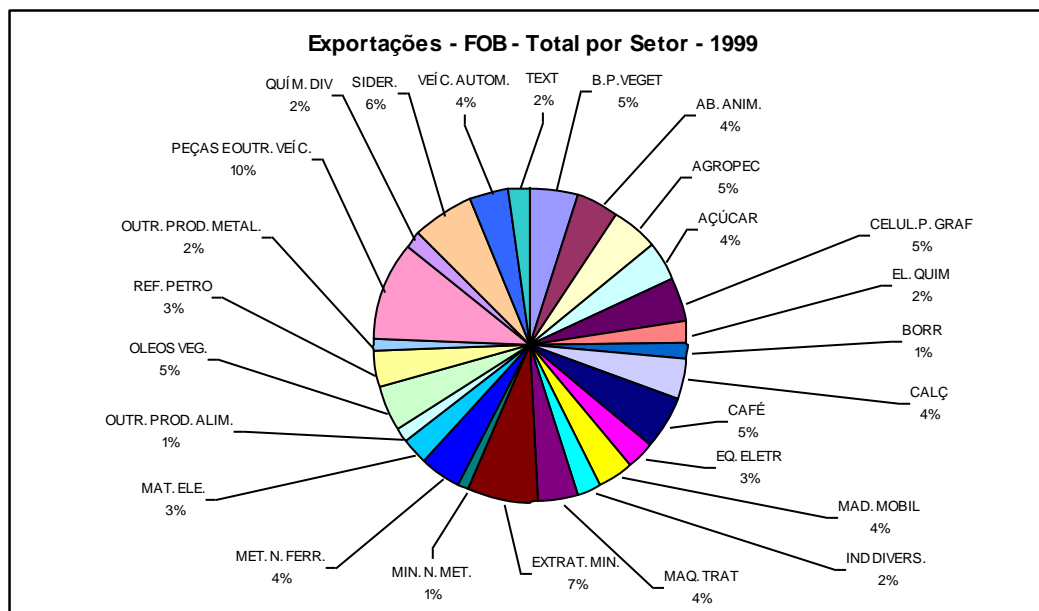
<sup>7</sup> A soma das receitas das exportações destinadas à Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile aumentou 118,12% entre 1991 e 1993, saindo de 2,98 para 6,5 bilhões de dólares. Já a soma das vendas direcionadas aos EUA, Canadá e México aumentou 25,74%, saindo de 7,42 em 1991 para 9,33 bilhões de dólares em 1993.

Entre 1994 e 1996 o quantum exportado ficou estagnado, sendo que a valorização cambial causada pela introdução da URV contribuiu significativamente para isso. A taxa de câmbio real se valorizou em 17,15% entre julho e dezembro de 1994 e seguiu na mesma tendência dali em diante. O resultado ruim do quantum exportado é camuflado pelo aumento das receitas de exportação (que cresceram em 9,6% no período) que ocorreu devido à própria valorização (porque aumenta a receita em dólares por unidade exportada) e à melhora do nível de atividade externo.

Já entre 1997 e 1999 o panorama se inverte, pois houve aumento do quantum exportado e diminuição das receitas de exportação. As crises da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 afetaram o cenário internacional derrubando os preços de exportação nos três níveis de agregação, o que contribuiu para a queda das receitas de exportação, mesmo que as boas safras agrícolas entre 1997 e 1998 tenham possibilitado a elevação do quantum exportado.

Ao se analisar o desempenho das exportações brasileiras por destino entre 1990 e 1999, nota-se uma significativa expansão das vendas aos países sul-americanos (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), que aumentaram 468,89% entre 1990 e 1997 (um aumento de US\$ 8,44 bilhões). A soma das exportações destinadas aos países da América do Norte (EUA, Canadá e México) aumentou 42,2%, e as destinadas aos maiores países europeus (Alemanha, França, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Espanha e Itália) aumentaram 31,75%, o que demonstra um grande aumento das receitas de exportação brasileiras como um todo. Já a soma das exportações destinadas ao Japão, China e Coréia do Sul, que chegou a ter um aumento de 56,88% entre 1990 e 1995 regrediu, fechando o período com um aumento de apenas 7%.

Conforme a figura 5, os setores com maior percentual das receitas de exportação em 1999 foram os de peças e outros veículos, com 10,24%; extrativa mineral, com 7,20%; siderurgia, com 6,21%; café, com 5,44%; e beneficiamento de produtos vegetais, com 5,12%. Outros setores ligados à atividade agrícola como abate de animais, outros produtos agropecuários, açúcar e óleos vegetais, além dos setores de transportes e papel e celulose, tiveram mais de 4% das receitas individualmente, se destacando percentualmente como os principais setores exportadores.

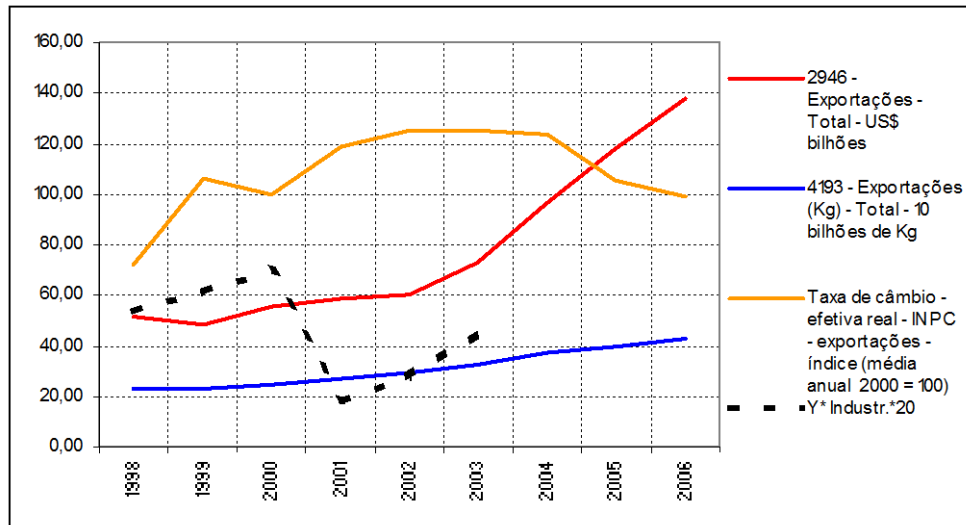
**Figura 5:** Participação das receitas de exportação (FOB) por setor (1999\*)

\* Entre os maiores setores exportadores, responsáveis por 96,85% das exportações brasileiras em 1999.  
Fonte: Ipeadata

O desempenho das exportações entre 1999 e 2006 foi excepcional e pode ser dividido em dois subperíodos: o primeiro entre 1999 e 2002, quando o quantum exportado elevou-se em 28,35% e as receitas aumentaram em 18,03%; e o segundo entre 2002 e 2006, quando houve aumento do quantum de 43,54% e o aumento das receitas foi de 127,75%.

No primeiro período, a elevação das exportações brasileiras coincidiu com a forte desvalorização cambial (73,55% entre 1999 e 2002) causada pelo abandono da âncora cambial em 1999. Outro fator que impulsionou os resultados do comércio exterior brasileiro foi o significativo crescimento do PIB total dos países industrializados entre 1999 e 2000, que teve uma taxa média de crescimento de 3,3%. Apesar do vigor internacional naqueles anos, os preços de exportação se reduziram em todos os níveis de agregação – os de produtos básicos variaram em -13,83%; os dos manufaturados em -3,94% e os dos produtos semimanufaturados variaram em -2,22% – o que reforça o papel desempenhado pelo câmbio desvalorizado nos resultados das exportações entre 1999 e 2002, conforme indica a figura 6.

**Figura 6: Comportamento das exportações e do câmbio (1999-2006)**



**Fonte:** Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

**Nota:** Exportações totais (FOB - US\$ bilhões) e em quantum (1996 = 100); taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e taxa de crescimento do PIB real do total dos países industrializados (Var % anual\*20). 1998 – 2006:

A partir de 2002 o crescimento das exportações nacionais foi, sem dúvida, significativo. A conjunção de câmbio desvalorizado (entre 2002 e 2004), com o virtuoso crescimento do setor externo e a elevação expressiva dos preços de exportação em todos os níveis de agregação, conformou uma conjuntura favorável, fazendo a economia brasileira fechar o ano de 2006 com um recorde histórico de suas vendas externas.

Os preços de exportação de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados elevaram-se 49,31%, 42,59% e 16,79% respectivamente, entre 2002 e 2005. Essa elevação dos preços de exportação está ligada ao aumento da demanda mundial, principalmente, pelo crescimento chinês. Por outro lado, o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os outros países da América do Sul e a demanda crescente dos países asiáticos e da América do Norte influenciaram positivamente nos resultados.

As receitas das vendas destinadas à China, Japão e Coréia do Sul, por exemplo, aumentaram 160,39% entre 2002 e 2006, sem contar a ascensão de outros países do continente, como Índia, Taiwan e Cingapura. Já as vendas aos vizinhos sul-americanos aumentaram em 274%. Além disso, o aumento das vendas aos países europeus (Alemanha, França, Itália,



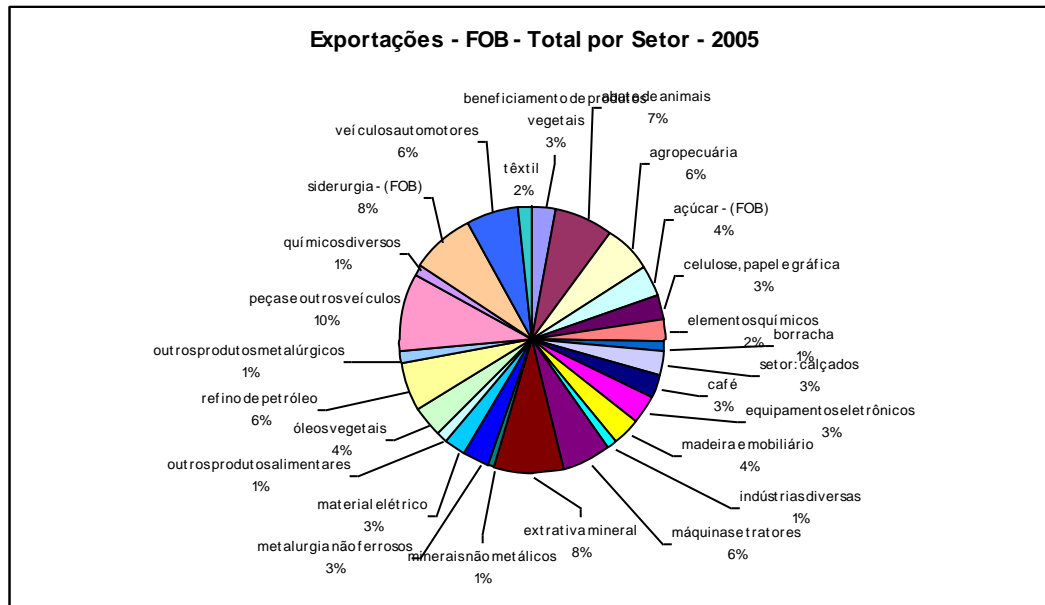
Espanha, Bélgica e Luxemburgo aumentaram 90,7%), enquanto que as vendas aos países da América do Norte cresceram 68,26%.

A demanda mundial e a elevação dos preços de exportação entre 2002 e 2006 contrabalançaram os efeitos da forte valorização cambial brasileira após 2002, período em que a moeda nacional se valorizou 21,05%. Entretanto, se o humor do cenário externo mitigou os efeitos da valorização cambial entre 2002 e 2006, a partir de 2005 verifica-se a redução da taxa de crescimento das exportações brasileiras, principalmente em relação ao quantum exportado. O crescimento do quantum exportado em 2004 em relação a 2003 foi de 32,01%. Entre 2005 e 2004 o quantum elevou-se em 22,63% e, finalmente, entre 2006 e 2005, o quantum exportado elevou-se em apenas 16,20%. Levando-se em conta que a elevação dos preços de exportação se manteve razoavelmente constante em todos os níveis de agregação entre 2003 e 2006, pode-se creditar a queda da taxa de crescimento do quantum exportado e das receitas de exportação entre 2004 e 2006 à valorização da moeda brasileira.

Quanto ao destino das exportações após 2002, os maiores importadores dos produtos brasileiros foram os países da América do Norte (EUA, Canadá e México). Esses absorveram 22,84% das vendas externas do país em 2006 (US\$ 31,4 de US\$ 137,7 bilhões) e aumentaram em 68% suas compras de produtos brasileiros após 2002. Já a soma das exportações destinadas aos países europeus selecionados (Alemanha, França, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Espanha e Itália) foi de US\$ 20,32 bilhões, aumentando 90,7% entre 2002 e 2006; as vendas à Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai aumentaram 274% e as destinadas ao Japão, China e Coréia do Sul aumentaram 160% no período. Em suma, houve aumento das exportações para praticamente todos maiores parceiros comerciais do país, realçando seu potencial de inserção num período de forte crescimento mundial.

Conforme figura 7, os setores que mais aumentaram suas exportações entre 1999 e 2006 foram o de abate de animais (306,5%); refino de petróleo (289,1%); veículos automotores (244,7%); máquinas e tratores (226,1%); agropecuária (197,2%) e os setores de equipamentos elétricos e siderúrgicos, ambos com 194% de aumento. Os setores que mais se destacam em termos de percentual de receitas de exportação – responsáveis, ao todo, por 93,4% das receitas em 2005 – são o de transportes (peças e acessórios, veículos automotores e máquinas e tratores com 9,6%, 6,2% e 5,9% respectivamente), indústrias extrativa mineral, siderúrgica e de refino de petróleo (com 8,2%, 7,9% e 5,7% respectivamente) e o setor agropecuário.

**Figura 7:** Participação nas receitas de exportação\* (FOB) por setor: 2005\*\*:



\* Entre os maiores setores exportadores, responsáveis por 96,85% das exportações brasileiras em 1999.

\*\* Os dados integrais referentes ao ano de 2006 não estão totalmente disponíveis.

Fonte: Ipeadata.

### III – FATORES CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS QUE AFETARAM O COMPORTAMENTO DOS SETORES INDUSTRIAL E EXPORTADOR APÓS 1990

Os dados gerais apresentados na seção anterior revelam que o setor exportador obteve resultados excelentes – aumentos de 152,44% no quantum exportado e de 337,61% nas receitas em dólares – enquanto o desempenho industrial foi apenas regular – o índice de produção industrial aumentou apenas 47%. Considerando-se as relações intra e intersetoriais, além das externalidades entre os setores produtivos em uma economia moderna, a indústria brasileira foi influenciada pelo vigoroso desempenho das exportações no período, o que nos leva a crer que o parque produtivo voltado a atender o mercado interno vem tendo um crescimento insatisfatório desde a abertura comercial do início dos anos noventa.

A mudança na forma de relação com o setor externo após 1990 teve como um dos pressupostos que a concorrência estrangeira traria aumentos na taxa de crescimento da

produtividade dos diversos setores industriais do país. Porém, ao se analisar o comportamento do setor exportador e confrontá-lo com o desempenho da indústria brasileira se chega à seguinte constatação: ao mesmo tempo em que alguns setores conseguiram vencer a concorrência estrangeira e aumentar suas vendas no setor externo, fazendo o país bater recordes sucessivos nas exportações, outros setores enfrentaram severas dificuldades e puxaram o desempenho industrial para baixo. Este comportamento está relacionado à influência de fatores conjunturais e estruturais que explicitaram uma dualidade no desempenho do parque produtivo brasileiro, conforme veremos na seqüência.

Nos primeiros anos de abertura (entre 1990 e 1994) a base produtiva nacional conseguiu obter bons resultados porque não foi muito afetada pela concorrência externa. Entretanto, a partir da valorização cambial de 1994 o processo de reestruturação foi acelerado, o que pode ser medido através do aumento das importações de bens de capital. Ou seja, quando a concorrência externa se estabeleceu nos diversos setores industriais, via valorização cambial e ampliação do processo de abertura, a fase de modernização se aprofundou. Mas isso ocorreu ao mesmo tempo em que vigorava uma rígida política de estabilização inflacionária, com fortes restrições creditícias. Assim, o ambiente com baixo nível de financiamento propiciou, além da queda do nível de investimentos, a desnacionalização, falências e concentração industrial.

Outro reflexo da política de estabilização foi a forte influência do governo na economia, tanto na esfera tributária quanto na dos gastos com a política de estabilização. A elevada carga tributária na economia, em grande medida, decorre do elevado volume de gastos. Entretanto, boa parte desses gastos é para atingir a meta de superávit primário (cujo princípio é indicar ao setor privado a estabilidade orçamentária do governo), enquanto outra parte considerável destina-se ao pagamento dos juros da dívida pública.

De um modo geral, pode-se dizer que os principais fatores estruturais que influenciaram o setor industrial após a abertura foram: a base produtiva atrasada relativamente à concorrência externa, que induziu o processo de reestruturação; um ambiente concorrencial competitivo; inadequados mecanismos de financiamento – já que a restrição ao crédito e juros elevados foram instrumentos utilizados para garantir a estabilidade inflacionária –; estrutura tributária elevada; etc.

Obviamente que esses fatores estruturais também influenciaram o setor exportador brasileiro. Entretanto, alguns dos fatores mencionados oneraram menos as exportações do que os

setores produtivos mais voltados ao atendimento da demanda interna. Por exemplo, certas isenções fiscais (ICMS) e financiamentos às exportações (juros diferenciados) foram concedidos a alguns setores específicos. Para o Banco Central “a política de comércio exterior orientou-se para a promoção e fortalecimento das exportações, criando e ampliando programas, ou buscando dinamizar os mecanismos existentes, com normas e facilidades” (RELATÓRIO ANUAL, 1998, p.103). Da mesma forma, no ano seguinte afirma-se que “de maneira geral, a política de comércio exterior pautou-se, ao longo do ano, por medidas voltadas para a alavancagem das exportações.” (RELATÓRIO ANUAL, 1999, p.109). Isto significa que a política de comércio exterior brasileira foi ativa e persistente em seu objetivo de elevar as exportações.

Em parte, esses programas de incentivos a alguns setores acabaram relativizando duas das restrições estruturais que restringiam o crescimento do setor industrial como um todo: os inadequados mecanismos de financiamento (com juros diferenciados); e o aperto tributário (com as isenções de alguns impostos).

Mesmo assim, algumas restrições estruturais afetaram o desempenho do setor exportador ao longo do período considerado. Da mesma forma que os outros setores industriais, os exportadores também reestruturaram sua base produtiva para enfrentar o novo padrão concorrencial pós-abertura. Entretanto, o auge desse processo ocorreu, como visto na seção anterior, num ambiente adverso com a implementação do Plano Real.

O impacto da estabilização e de como o ambiente adverso<sup>8</sup> afetou os diferentes setores pode ser notado quando se compara o crescimento das exportações de diversos setores produtivos entre os períodos 1990-1994 (quando a inflação estava fora de controle e o crédito era relativamente fácil) e 1994-1997 (quando houve severas restrições à liquidez, no auge do período de estabilização).

Por exemplo, os setores de madeira e mobiliário, abate de animais, borracha, máquinas e equipamentos e café, elevaram suas receitas de exportação entre 1990 e 1994 em 80%. Entretanto, após a estabilização inflacionária (1994 e 1997), com a ampliação da concorrência estrangeira e com restrição de crédito, as receitas evoluíram apenas 20%. Por outro lado, outros setores como o de veículos automotores, químicos diversos, extrativa mineral, equipamentos elétricos, elementos químicos e açúcar aumentaram suas receitas mais fortemente entre 1994 e

---

<sup>8</sup> Adverso pela restrição ao crédito, pela valorização cambial e o aumento do nível de concorrência, pelo aumento de impostos para equacionar o problema orçamentário do Estado, etc.

1997. Além disso, nota-se que esses últimos setores, que reagiram melhor durante o período de câmbio fixo, estabilização e crises, mantiveram sua expansão após 1999, fato que pode estar indicando que o processo de reestruturação nos mesmos foi mais exitoso.

Já dentre os setores que reduziram suas exportações durante o regime de câmbio fixo, apenas uma parte conseguiu retornar ou ampliar suas exportações até 2006. Neste caso, destacam-se os setores de abate de animais, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, outros produtos alimentícios, refino de petróleo, peças e siderúrgico, uma vez que, além de recuperarem o nível de exportação (que havia sido reduzido entre 1994 e 1997) expandiram significativamente suas receitas. O mesmo comportamento não se verificou nos setores de indústrias diversas, de beneficiamento de produtos vegetais, borracha, café e madeira e mobiliário, que tiveram suas exportações estagnadas, ou até reduzidas, após 1994.

Com isso, observa-se que após o processo de reestruturação produtiva e de estabilização inflacionária, destacaram-se dois grandes grupos que concentram, mesmo com características distintas, as exportações brasileiras. O primeiro deles é composto por setores onde predominam as empresas transnacionais, normalmente com elevado nível tecnológico e com grande capacidade de agregar valor, como é o caso do setor de transportes (veículos automotores, peças e outros veículos, máquinas e tratores), de produtos químicos e de equipamentos eletrônicos. Já o segundo grupo engloba desde os produtos das empresas privatizadas, cuja produtividade está relacionada à abundância de recursos naturais (extrativa mineral, siderurgia, etc.), até os setores de abate de animais, café e soja.

O que há de coincidente entre esses dois grupos, que concentraram cerca de 80% das exportações brasileiras, é o relativo descolamento das condições internas desfavoráveis de crédito. Nos setores liderados por empresas transnacionais as fontes externas de financiamento são mais abundantes e menos restritivas, já que possuem ligações com suas matrizes no exterior. De forma análoga, as grandes empresas privatizadas, além de terem recebido elevado volume de recursos para investimentos durante o II PND, possuem linhas de crédito à taxas de juros diferenciados, considerando-se as políticas do governo de estímulo às exportações.

Do ponto de vista dos fatores de natureza essencialmente conjunturais que impactaram os setores industrial e exportador após 1990, destacam-se quatro elementos: o nível de atividade do setor externo; as crises econômicas; o nível da taxa de câmbio; e as políticas adotadas pelo governo brasileiro.

Entretanto, cabe ressaltar que o nível de atividade do setor externo teve um papel central na determinação da conjuntura macroeconômica, já que este setor condicionou a implementação das políticas de estabilização, ao propagar a maior parte das crises e ser responsável por grande parte das desvalorizações e valorizações cambiais. Com isso, os demais elementos conjunturais praticamente se limitavam a responder às flutuações do nível de atividade externo.

Deste modo, nota-se que os períodos de maior crescimento das exportações brasileiras coincidiram como os períodos de maior crescimento da atividade econômica externa, sendo que a ampliação dessas atividades provocou efeitos sobre a atividade industrial devido ao elevado nível de transações intra-industriais. Por isso, nas conjunturas marcadas pelo crescimento do nível de atividade externa verifica-se crescimento dos dois setores (exportador e industrial).

Do ponto de vista das relações entre o setor externo e as políticas de estabilização é importante considerar que a forma de inserção do país no cenário internacional teve como suposição a alocação ótima dos fatores de produção, decorrendo daí a necessidade de respeitar o princípio do livre fluxo de mercadorias e capitais. FRANCO (1999) argumenta que os investimentos estrangeiros no novo paradigma produtivo estão relacionados com a ascensão de alguns países em desenvolvimento, como é o caso dos tigres asiáticos. O autor entendia também que se houvesse uma relação entre investimentos externos e desenvolvimento econômico, caberia ao governo brasileiro promover a estabilidade econômica para gerar um ambiente propício aos investimentos, incentivando a entrada de recursos externos no país.

Na seção anterior vimos que toda a política econômica do governo procurou garantir a estabilidade econômica, seja através do controle da taxa de crescimento inflacionário entre 1990 e 1994 ou através da taxa de câmbio e do nível de preços entre 1994 e 1998, para finalmente adotar o regime de metas inflacionárias a partir de 1999. Mesmo com as mudanças de âncora, nota-se que o instrumento utilizado pelo governo para manter a estabilidade quase sempre foi o controle da liquidez, através do manuseio da taxa de juros. Porém, a possibilidade de implementação das políticas de estabilização pelo mecanismo de controle dos juros acabava sendo condicionada pelo setor externo. Isto porque, em vários momentos, a elevação das taxas de juros dependia da capacidade de endividamento do governo.

Outro aspecto determinado, em grande medida, pelo setor externo é que as crises estão diretamente relacionadas à forma de integração da economia brasileira à economia global. A abertura da conta de capital possibilita reversões repentinas no fluxo de capitais de curto prazo,

assim como as exportações variam de acordo com as incertezas de crescimento dos países centrais. Por isso, observa-se que após 1990 houve certa rotina conjuntural, cujos traços mais importantes foram as crises e as tentativas de estabilização do governo, sendo que tanto a existência das primeiras como o êxito das segundas acabaram sendo influenciadas pelo setor externo.

A evolução de acontecimentos, conjunturas e comportamentos seguiram praticamente um mesmo padrão durante o período analisado. De certa forma, os elementos descritos anteriormente expressam a influência do setor externo e seus efeitos sobre a taxa de câmbio na determinação do comportamento dos dois setores considerados neste estudo. Assim, sob taxa de câmbio desvalorizada os dois setores reagiram positivamente. Já sob valorização cambial os mesmos foram afetados negativamente. Isto implica aceitar que, do ponto de vista conjuntural, há uma semelhança de comportamento dos setores exportador e industrial.

Em síntese, admitindo-se que o setor externo condiciona as políticas de estabilização econômica, a taxa de câmbio e o nível das exportações, verifica-se que o crescimento do setor exportador respondeu, em grande medida, às flutuações da atividade internacional, apresentando taxas de crescimento bastante positivas quando a economia mundial encontrava-se em expansão. Particularmente em relação ao setor industrial, além de responder ao crescimento do setor externo, este apresentou índices positivos de crescimento também nos períodos posteriores às crises, quando a taxa de câmbio permanecia em nível desvalorizado, permitindo a absorção de maior parcela da demanda interna.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após discutir os elementos que compuseram os cenários conjuntural e estrutural, bem como as relações entre os mesmos, é importante realçar as principais características comportamentais dos setores exportador e industrial após a abertura comercial.

Inicialmente nota-se que o setor exportador respondeu aos ciclos conjunturais (crises e tentativas de estabilização econômica) aumentando sua produção nos períodos de expansão do nível de atividade externo. Além disso, o efeito das políticas de estabilização foi pequeno porque o descolamento do setor frente às condições internas de crédito, de demanda e de benefícios,

como créditos às exportações, isenções aduaneiras e de tarifas entre outros, compensava a redução do fluxo internacional de mercadorias.

Já o setor industrial respondeu às conjunturas de crise e tentativas de estabilização favoravelmente às desvalorizações cambiais e adversamente às políticas de estabilização, já que está mais ligado às condições internas de demanda e de crédito. Além disso, em momentos de afrouxamento das políticas restritivas (como entre 1991 e 1993 e após 1999) o setor apresentou resultados mais favoráveis.

Uma das principais diferenças entre os dois setores reside, conforme discutido nas seções anteriores, na amplitude dos impactos da taxa de câmbio e da taxa de juros. O setor industrial foi mais afetado pelas políticas de estabilização em todo o período analisado porque depende mais da demanda interna, a qual, por sua vez, é afetada pelas condições de liquidez interna. Isso não ocorreu na mesma intensidade com o setor exportador, que depende mais das condições externas de demanda e de crédito.

Outra diferença importante, de caráter estrutural, é que a presença de grandes empresas transnacionais na atividade exportadora após 1990 possibilitou uma maior diversificação da pauta de produtos exportáveis, comparativamente aos períodos anteriores em que as receitas de exportações eram concentradas em poucos produtos e com baixo valor agregado. Assim, além de um maior número de commodities agrícolas e de produtos industriais típicos (com pouco valor agregado), também passaram a fazer parte das exportações produtos com maior valor agregado (veículos de cargas, de passeios e máquinas e equipamentos), na grande maioria produzidos por empresas de capital internacional.

Os elementos até aqui discutidos nos levam a duas constatações centrais: por um lado, os períodos pós-crise parecem ter sido decisivos para aumentar o nível de atividade do setor industrial e, por outro, as políticas de estabilização, ao invés de fornecerem um ambiente econômico estável e propício para as decisões de produção e de investimento, parecem ter afetado negativamente os resultados da produção industrial.

Os fatos relativos à produção industrial explicam a segunda constatação, uma vez que entre 1990 e 1992, quando as tentativas de estabilização inflacionária assumiram formas heterodoxas, a indústria sofreu forte retração do nível de atividade. Posteriormente, entre 1994 e 1999, quando o plano de estabilização econômica ampliou a abertura comercial, o setor industrial foi induzido a um forte processo de reestruturação produtiva, com impactos negativos em vários



ramos de atividade. Finalmente, nas crises de 2001 e 2002, quando houve novo aperto da política monetária, ocorreram reduções da produção industrial de forma quase que generalizada. Isto nos permite supor que as políticas de estabilização, ao visarem controlar o nível inflacionário ou cambial, acabaram gerando efeitos negativos sobre o crescimento da produção industrial.

Essa afirmação poderia parecer contraditória, tendo em vista que as políticas de estabilização, teoricamente, deveriam ser implementadas justamente para inibir os efeitos das crises econômicas. Entretanto, como é possível afirmar que essas políticas restringiram o crescimento industrial, considerando-se que o setor apresentou aumentos após os períodos de crises?

Uma possível resposta a essa questão encontra-se nos fatos ocorridos ao longo de todo o período analisado. Ou seja, entre 1992 e 1994, nota-se que o aumento da produção industrial somente ocorreu após o fracasso das políticas de estabilização econômica do Governo Collor. Já após 1999, o crescimento industrial ocorreu quando se tornou insustentável a manutenção da política de valorização cambial, que servia de âncora à estabilidade econômica desde 1994. Isto nos permite afirmar que em vários períodos analisados o crescimento do setor industrial esteve menos atrelado ao sucesso das políticas de estabilização econômica e mais a outras condições que fogem aos resultados diretos da própria aplicação dessas políticas.

Por outro lado, deve-se registrar que o êxito das políticas de estabilização econômica entre 1994 e 1997 e de 2003 em diante se deu sob condições internacionais altamente favoráveis. Considerando-se os efeitos do setor externo sobre essas políticas e sobre o desempenho dos setores exportador e industrial, pode-se concluir que o crescimento desses dois setores se deve muito mais ao cenário externo favorável do que propriamente aos acertos das medidas de política econômica adotadas.

## V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim anual do Banco Central do Brasil (1998)*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Publicado na Internet em 28/10/1999. Acessado entre fevereiro e março de 2007. Brasília. v. 34, 1998.

\_\_\_\_\_. *Boletim anual do Banco Central do Brasil (1999)*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Publicado na Internet em 13/09/2000. Acessado entre fevereiro e março de 2007. Brasília. v. 35, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Séries temporais*. Vários números. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acessado entre fevereiro e março de 2007.
- BARROS DE CASTRO, Lavínia. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio. Et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, p. 141-165, 2005.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BNDES. *Exportação de Manufaturados Brasileiros para a Ásia*. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social. Revista do BNDES, v 1, nº 1, p. 49-64, jun. 1994.
- BOCCHI, João Hildebrando. *Método para investigação econômica*. In: BOCCHI, João Hildebrando. *Monografia para economia*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 53-82.
- CARVALHO, F. J. C. *Alta Inflação e Hiperinflação: Uma Visão Pós Keynesiana*. Revista de Economia Política, v. 10, nº 4, p. 62-82, 1990.
- FERRARI FILHO, Fernando. *Opções de política econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2003.
- FRANCO, Gustavo H. B. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: ed. 34, 1999.
- GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier Editora, p. 166-195, 2005.
- HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, p. 93-115, 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *IPEADATA: Dados macroeconômicos e regionais*. Vários números. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessado entre fevereiro e março de 2007.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. (Coleção “30 Anos de Economia”).
- MERCADANTE, Aloízio. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, Aloízio (org.) *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP-IE, p. 131-167, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- TEIXEIRA, Aloísio. A política econômica no início dos anos 90. In: TEIXEIRA, Aloísio. *O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, p. 121-140, 1994.
- THORSTENSEN, Vera et al. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994.